



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 01/03/24

M. Morelles Lima
Condeição de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissões Técnicas
Secretaria de Administração - CCI

Ao Deputado

Cordeiro
para relatar.

Em 01/03/24

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**PARECER nº****A MENSAGEM DO PODER EXECUTIVO Nº 21/2024 –GG****PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 08, de 08 de fevereiro de 2024, que:**

“DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO VENCIMENTO E DO SUBSÍDIO DOS POLICIAIS MILITARES, BOMBEIROS MILITARES E DOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO DO ESTADO DO PIAUÍ, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PÚBLICAS, NA FORMA DO ART. 37, X, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.”

RELATOR:**I – RELATÓRIO**

Foi enviado para a relatoria deste Deputado, o Projeto de Lei Ordinária do Governo de nº 08/2024, encaminhado através da Mensagem do Poder Executivo de nº 21, lida em plenário dia 04 de março de 2024, que dispõe sobre o reajuste do vencimento e do subsídio dos policiais militares, bombeiros militares e dos servidores públicos efetivos da Administração direta do Poder Executivo do Estado do Piauí, de suas autarquias e fundações públicas, na forma do art. 37, X, da Constituição Federal.

Em fundamento à sua pretensão, o Excelentíssimo Senhor Governador encaminhou o presente projeto no intuito de prosseguir no cumprimento do princípio da legalidade e na valorização de seus servidores públicos e militares, apresenta a essa Augusta Casa Legislativa a pretensão de reajustar os vencimento e subsídios dos policiais militares e bombeiros militares, dos servidores públicos efetivos, da Administração direta do Poder Executivo do Estado do Piauí, de suas autarquias e fundações públicas, bem como dos aposentados e pensionistas, no percentual de 5,35% (cinco vírgula trinta e cinco por cento), a partir de 1º de maio de 2024.

Nesse sentido, a Proposição dispõe sobre o reajuste e discrimina os valores das tabelas de vencimentos e subsídios já com a incidência do percentual ora citado.

Além disso, o presente Projeto objetiva atualizar o valor do piso salarial profissional estadual para os profissionais do magistério público da educação básica ocupantes de cargo

Av. Marechal Castelo Branco, 201

Bairro Cabral – CEP. 64000-810

Fone: (86) 3133 3022

Teresina – Piauí – Brasil



efetivo para R\$ 4.580,57 (quatro mil, quinhentos e oitenta reais e cinquenta e sete centavos), a exemplo do que ocorreu a nível federal com o valor do piso salarial nacional, que também foi atualizado através da Portaria nº 61, de 31 de janeiro de 2024, do Ministério da Educação.

Examinando a questão passo a opinar.

II – VOTO DO RELATOR

Preliminarmente, registra-se que não se divisa de qualquer situação de inconstitucionalidade formal ou material a combater, estando a proposição sob exame perfeitamente conformada as limitações formais e matérias ao poder reformador.

Igualmente, anota-se que a técnica legislativa não demanda reparos.

Depois de analisada, verifica-se, portanto, que tal norma proposta pelo Chefe do Poder Executivo, **no mérito, atende aos critérios de conveniência e oportunidade**, motivo pela qual, entendendo que não há impedimento quanto a sua legalidade, juridicidade, regimental e técnica legislativa, **minha manifestação é favorável à aprovação do referido projeto.**

III – PARECER DA COMISSÃO

Em discussão, em votação:

Pelo acatamento (X)

Pela rejeição ()

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 05 de março de 2024.

DEP. ZIZA CAVALHO
RELATOR

